
ANEXO VIII

QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Consulta Pública
Concorrência SETOP ____/2013

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. DIRETRIZES GERAIS PARA A DETERMINAÇÃO DA NOTA DO QID	3
3. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS.....	5
3.1. ÁREA OPERACIONAL	9
3.2. ÁREA SOCIAL.....	10
3.3. ÁREA DE GESTÃO	10
3.4. ÁREA AMBIENTAL	10
4. MECANISMO DE PAGAMENTO PÚBLICO EMBASADO NO DESEMPENHO.....	10
4.1. CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA	11
4.2. TARIFA DO PEDÁGIO.....	12
4.3. INSTRUMENTO DE BONIFICAÇÃO	12
5. RECEBIMENTO DE OBRAS E INÍCIO DA OPERAÇÃO DA CONCESSÃO	12
6. MANUAL DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	13

1. APRESENTAÇÃO

Visando a excelência na prestação de serviços aos usuários, o PODER CONCEDENTE concebeu um modelo de CONCESSÃO PATROCINADA que está embasado em procedimentos de verificação constantes que avaliarão o desempenho da CONCESSIONÁRIA de forma clara e objetiva.

Esse modelo de avaliação foi consubstanciado em um QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, o QID, que atribui nota a cada atividade exercida pela CONCESSIONÁRIA.

2. DIRETRIZES GERAIS PARA A DETERMINAÇÃO DA NOTA DO QID

O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA mensal devida à CONCESSIONÁRIA será determinada segundo NOTA DO QID atribuída ao desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução dos serviços durante o mês correspondente, em conformidade com o sistema de avaliação mensal de desempenho.

A avaliação de desempenho da CONCESSIONÁRIA será mensurada mediante a utilização do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO (QID) constante deste Anexo VIII. A NOTA DO QID incidirá sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA reajustado nos termos do contrato.

Cada indicador será medido periodicamente, e as NOTAS DO QID serão atribuídas mensalmente de acordo com critérios de desempenho definidos no QID. A Nota do QID de cada indicador de desempenho será arredondada para mais até a primeira casa decimal, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1: Critério de arredondamento da nota do QID

Valor da 2ª Casa Decimal	Arredondamento
De 0 a 4	Arredondamento para baixo
De 5 a 9	Arredondamento para cima

É demonstrar que caso o resultado da ponderação dos INDICADORES DE DESEMPENHO seja 9,55 (nove vírgula cinquenta e cinco), a CONCESSIONÁRIA receberá NOTA FINAL DO QID

igual a 9,6 (nove vírgula seis), ou seja, fará jus a 96% (noventa e seis por cento) do valor integral da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA no respectivo mês; e caso o resultado da ponderação dos INDICADORES DE DESEMPENHO seja 9,54 (nove vírgula cinquenta e quatro), a CONCESSIONÁRIA receberá NOTA FINAL DO QID igual a 9,5 (nove vírgula cinco) e fará jus a 95% (noventa e cinco por cento) do valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA no respectivo mês.

Os relatórios com as medições das NOTAS DO QID serão feitos mensalmente pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e serão entregues ao PODER CONCEDENTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. No intuito de auxiliar essa aferição, a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar em tempo real o acesso ao sistema operacional ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE .

Na recusa ou incapacidade de disponibilização do acesso ao PODER CONCEDENTE, não será aferida a NOTA QID sendo considerada como 0 (zero) a NOTA DO QID da CONCESSIONÁRIA.

Nos cálculos da NOTA DO QID serão expurgados os eventos:

- Cuja responsabilidade, direta ou indireta, não sejam atribuídas à CONCESSIONÁRIA, podendo estes eventos ser de natureza interna ou externa ao SISTEMA RODOVIÁRIO;
- Relativos ao cumprimento das programações especiais.

Caso não seja emitido o relatório pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, no prazo acima estabelecido, a NOTA DO QID será emitida pela Concessionária até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Em caso de divergência entre a NOTA DO QID atribuída pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, prevalecerá sempre a primeira, sendo os eventuais acertos, para maior ou para menor no valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA do respectivo mês compensados no pagamento subsequente.

A periodicidade da aferição de cada indicador varia, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual. O cálculo da NOTA DO QID considera a nota obtida na última aferição de cada indicador. Exemplo: Supondo que um indicador seja medido anualmente, a nota obtida para este indicador será utilizada para os próximos 12 (doze) meses posteriores à aferição para cálculo da NOTA DO QID.

Quando a aferição do indicador for trimestral, semestral ou anual, a CONCESSIONÁRIA poderá, a qualquer momento, solicitar ao PODER CONCEDENTE nova aferição dos indicadores em que não obteve NOTA DO QID considerada aceitável, uma vez efetuados os ajustes necessários ao atendimento dos parâmetros exigidos de cada indicador, de forma que o cálculo da NOTA DO QID subsequente leve em consideração os ajustes efetuados. Porém, a CONCESSIONÁRIA deve respeitar o limite de uma revisão para cada indicador medido.

A revisão do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO poderá ser feita a qualquer momento do tempo de vigência do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE, sempre que julgar necessária, visando o melhor atendimento dos objetivos da CONCESSÃO PATROCINADA e maior efetividade dos indicadores de desempenho. Nessas revisões serão analisados todos os indicadores utilizados, os parâmetros definidos, bem como a periodicidade de aferição.

3. CRITÉRIOS DE DESEMPENHO PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os indicadores de desempenho estão divididos em 04 (quatro) áreas, sendo que a cada área atribuiu-se um peso para o cálculo da NOTA DO QID:

- Operacional (80%);
- Social (5%);
- Gestão (5%); e
- Ambiental (10%).

Cada uma das quatro áreas é composta de indicadores de desempenho específicos com peso pré-definidos, conforme ilustra a Figura 1

Erro! Fonte de referência não encontrada..

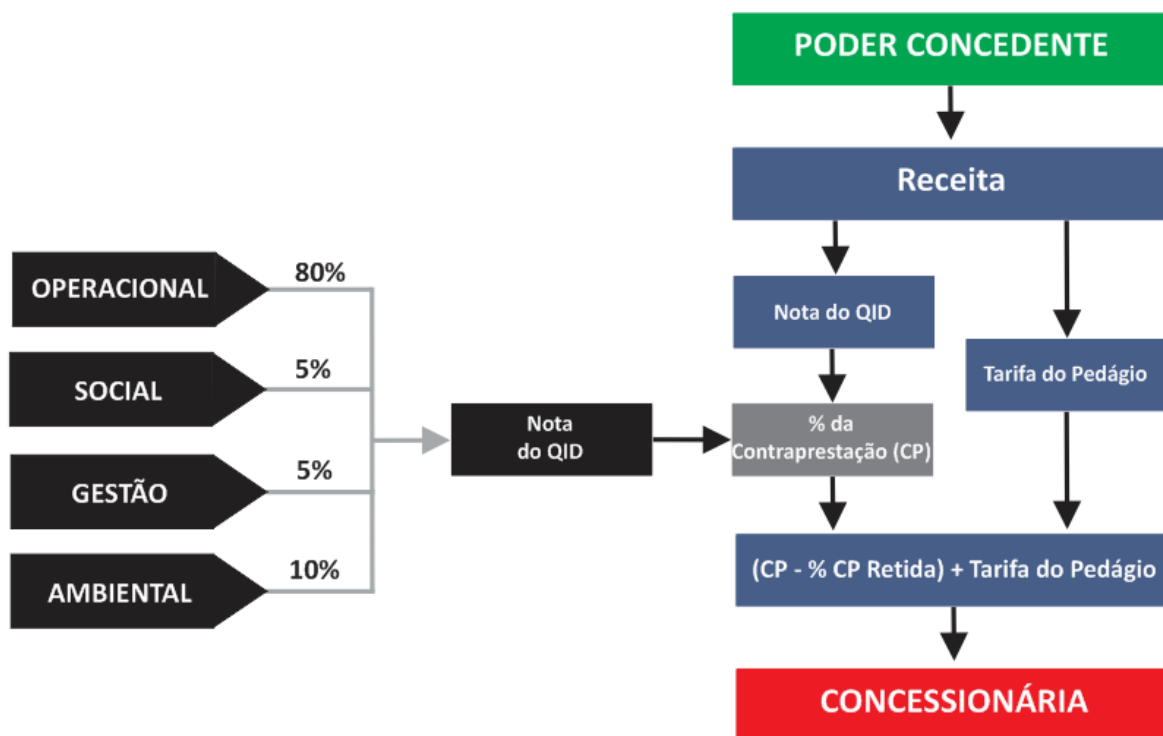


Figura 1: Sistemática dos Indicadores de Desempenho

O peso proposto para os indicadores da área operacional no QID é de 90% da NOTA DO QID final, enquanto que para as áreas social e de gestão é de 5%, e para a área ambiental é de 10%.

A NOTA DO QID dos indicadores operacionais é calculada para cada um dos 14 TRECHOS HOMOGÊNEOS em que a rodovia foi dividida, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Localização dos Trechos Homogêneos

Trecho Homogêneo	Início		Fim		Extensão (Km)
	Referência	Km	Referência	Km	
1	BR-381 Sul	0	Via Expressa	3	3
2	Via Expressa	3	LMG-808	11	8
3	LMG-808	11	BR-040	16	5
4	BR-040	16	LMG-806	21	5
5	LMG-806	21	Estr. Justinópolis	27	6
6	Estr. Justinópolis	27	Ligação CAMG	31	4
7	Ligação CAMG	31	MG-424	35	4
8	MG-424	35	MG-010	39	4
9	MG-010	39	Av. Dr. A. Teixeira da Costa	44	5
10	Av. Dr. A. Teixeira da Costa	44	Estr. do Barreiro	48	4
11	Estr. do Barreiro	48	MG-020	51	3
12	MG-020	51	Acesso sec. p/ Santa Luzia	55	4
13	Acesso sec. p/ Santa Luzia	55	Taquaraçu de Minas	58	3
14	Taquaraçu de Minas	58	BR-381 Norte	62	4

Os indicadores de desempenho estão atribuídos a uma perspectiva operacional, social, de gestão e ambiental, sendo que cada uma das quatro áreas é composta de indicadores de desempenho específicos com peso pré-definidos e a sistemática dos indicadores de desempenho é dada conforme a Figura 2.

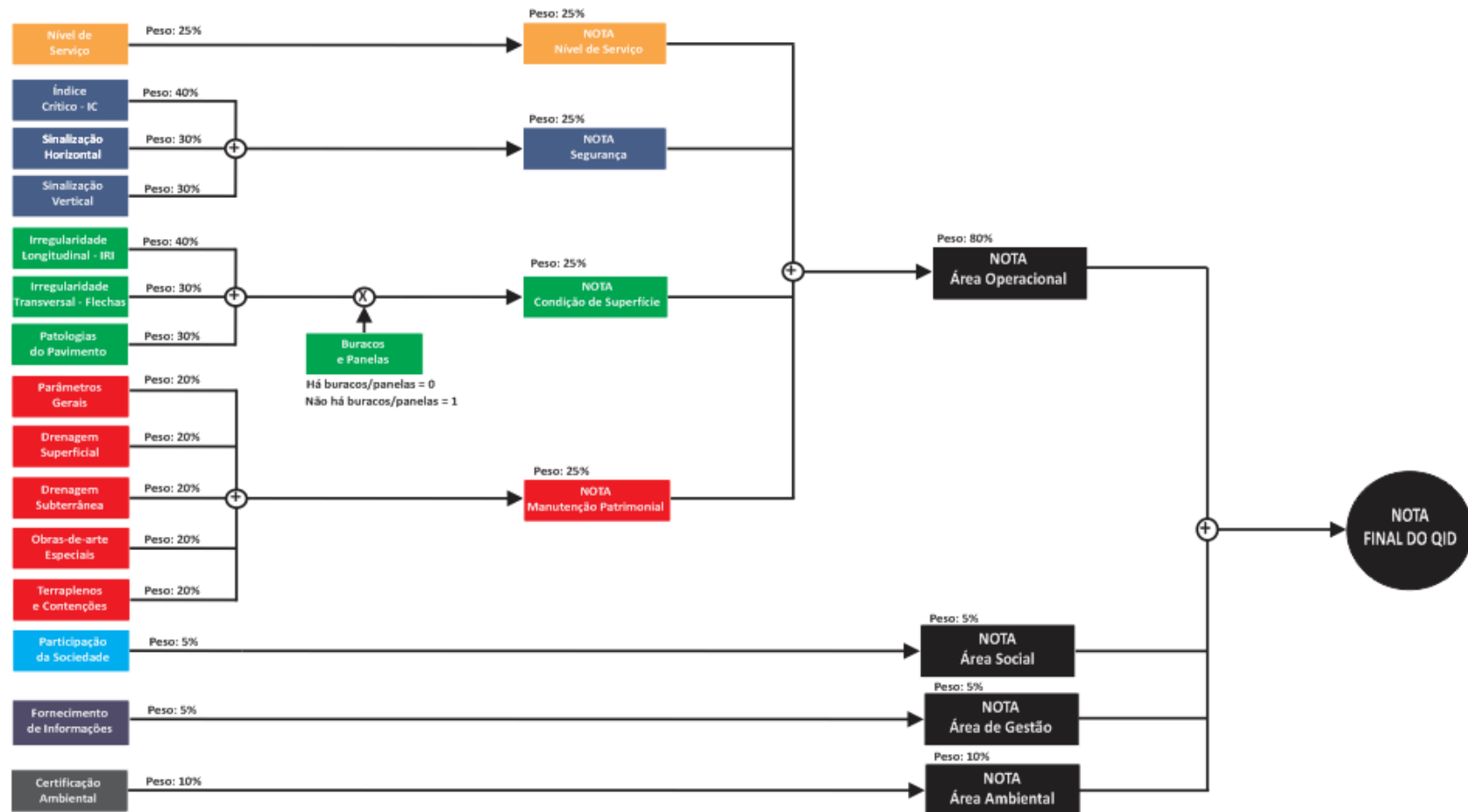


Figura 2: Nota do QID

Para todos os QUADROS DE INDICADORES DE DESEMPENHO considerou-se a seguinte classificação:

- Bom: equivale a uma NOTA DO QID igual a 10 (dez);
- Regular: equivale a uma NOTA DO QID igual a 5 (cinco);
- Ruim: equivale a uma NOTA DO QID igual a 0 (zero);
- Atende: equivale a nota 10 (dez);
- Não Atende: equivale a 0 (zero).

3.1. ÁREA OPERACIONAL

A NOTA DO QID dos indicadores operacionais será calculada para cada um dos 14 TRECHOS HOMOGÊNEOS. A NOTA DO QID da Área Operacional será calculada por meio da avaliação de 04 (quatro) subgrupos de indicadores: Nível de Serviço, Segurança, Condição da Superfície e Manutenção Patrimonial.

No subgrupo de Condição da Superfície, há um indicador que determina a avaliação desse quesito: Buracos e Painelas. O não cumprimento desse indicador resulta em NOTA DO QID 0 (zero) no subgrupo de Condição de Superfície do TRECHO HOMOGÊNEO correspondente.

A NOTA DO QID dos indicadores operacionais dos subgrupos de nível de serviço, segurança, de condição da superfície e de manutenção patrimonial para cada segmento é ponderada pelo peso do segmento homogêneo correspondente (Tabela 3), obtendo assim, a NOTA DO QID operacional final.

Tabela 3: Peso de cada Trecho Homogêneo

Trecho Homogêneo	Peso correspondente
1	4,84%
2	12,90%
3	8,06%
4	8,06%
5	9,68%
6	6,45%
7	6,45%
8	6,45%
9	8,06%
10	6,45%
11	4,84%
12	6,45%
13	4,84%
14	6,45%

3.2. ÁREA SOCIAL

A NOTA DO QID da área social se dará por meio da avaliação de um único indicador: Participação da Sociedade.

3.3. ÁREA DE GESTÃO

A NOTA DO QID da área de gestão se dará por meio da avaliação de um único indicador: Fornecimento de Informações.

3.4. ÁREA AMBIENTAL

A NOTA DO QID da área ambiental se dará por meio da avaliação de um único indicador: Certificação Ambiental.

4. MECANISMO DE PAGAMENTO PÚBLICO EMBASADO NO DESEMPENHO

A receita da CONCESSIONÁRIA está embasada conforme a estrutura de custos da Figura 3.



Figura 3: Estrutura de Custos

4.1. CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA está condicionado à NOTA DO QID, que incidirá sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA reajustado nos termos do CONTRATO.

A NOTA DO QID incidirá sobre 100% da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA – CAT, que é o valor a ser pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

O valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, calculada de forma proporcional à NOTA DO QID, será obtido por meio da seguinte equação:

$$CAT = NQID \times CPF$$

Em que:

CAT: CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser paga pela SETOP;

NQID: NOTA DO QID aferida pelo Verificador independente; e

CPF: CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA fixa, que corresponde a PROPOSTA ECONÔMICA, em milhões de Reais.

4.2. TARIFA DO PEDÁGIO

Ao total serão construídas 08 praças de pedágio e o valor da TARIFA DO PEDÁGIO será variável, variando de 3 (três) a 7 (sete) reais, estando condicionado à distância em quilômetros percorrida pelo usuário no trecho da concessão rodoviária e tendo o valor reajustado conforme o CONTRATO.

4.3. INSTRUMENTO DE BONIFICAÇÃO

No caso de a CONCESSIONÁRIA receber 6 (seis) notas consecutivas QID superiores a 9,50 lhe será atribuída uma bonificação de 10% do valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA Mensal no mês correspondente. Após o recebimento do bônus, começa-se a partir do mês subsequente um novo ciclo para o processo de atribuição da bonificação.

5. RECEBIMENTO DE OBRAS E INÍCIO DA OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO dos usuários da rodovia, assim como o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA mensal à Concessionária, se iniciará com o recebimento das obras desde que atenda as seguintes condições:

- I. Sinalização Horizontal $\rightarrow IR \geq 150 \text{ mcd}/(\text{lux.m}^2)$ para cor amarela e $IR \geq 180 \text{ mcd}/(\text{lux.m}^2)$ para cor branca;
- II. Sinalização Vertical $\rightarrow IR \geq 150 \text{ mcd}/(\text{lux.m}^2)$;
- III. Irregularidade Longitudinal $\rightarrow IRI \leq 2,5 \text{ m/km}$;
- IV. Irregularidade Transversal $\rightarrow \text{Flecha} \leq 7,0 \text{ milímetros}$;
- V. Deflexão $\rightarrow \text{Deflexão Medida} \leq 75 \times 10^{-2} \text{ milímetros}$;
- VI. Ausência de Patologias do Pavimento;
- VII. Ausência de Buracos e Panelas;
- VIII. Altura máxima de 0,2 metros da vegetação da faixa de domínio;
- IX. Degraus em acostamentos no máximo de 5,0 centímetros após a restauração;
- X. Conservação em bom estado dos dispositivos de drenagem superficial;
- XI. Dispositivos de drenagem subterrânea devem ter dispositivos de dispersão adequados para não afetar os moradores vizinhos à faixa de domínio.
- XII. Conservação em bom estado das Obras-de-arte Especiais.

6. MANUAL DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Os quadros do Manual de Indicadores de Desempenho são apresentados a seguir.

NÍVEL DE SERVIÇO			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Nível de Serviço	FORMA DE MEDIÇÃO: Número de horas que o segmento homogêneo superou o nível de serviço D	ENTRA EM VIGOR: A partir do 1º ano a contar do início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Qualidade do Serviço	OBJETIVO: Avaliar qualidade de serviço nos segmentos homogêneos	UNIDADE DE MEDIDA: Hora	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: O nível de serviço é um indicador determinado conforme metodologia preconizada pelo manual de capacidade norte-americano, o HCM (<i>Highway Capacity Manual</i>). Esse indicador deve ser calculado para cada segmento homogêneo (na seção de controle, local do contador automático). Esse indicador é calculado da seguinte maneira: <ul style="list-style-type: none">▪ Divisão da rodovia em segmentos homogêneos.▪ Levantamento de dados sobre a velocidade.▪ Levantamento dos dados classificados a partir do fluxo de veículos.▪ Cálculo da capacidade e dos fluxos máximos de serviços característicos dos limites de cada nível de serviço.▪ Determinação do nível de serviço em cada período de análise com base nos procedimentos da versão mais atualizada disponível do HCM.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Semestral (De 6 em 6 meses considerando o volume de tráfego dos últimos 12 meses)		FONTE DE COLETA DE DADOS: Equipamentos de contagem de tráfego da CONCESSIONÁRIA por categoria e projeto da rodovia	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atende (10,0) ou Não Atende (0,0) - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Deve ser inferior a 50 horas, exceto em períodos pré-estabelecidos de execução de obras.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: Os dados para avaliação deste indicador serão obtidos através das informações dos equipamentos de contagem de tráfego instalados em cada segmento homogêneo, capazes de obter direta ou indiretamente o fluxo de veículos por hora. Os contadores automáticos deverão receber manutenção periódica para que não haja falha nos volumes registrados. A avaliação desse indicador se dá através da comparação entre a hora em que o segmento em questão atinge o nível de fluxo de veículos superior ao nível de serviço D e a			

hora-parâmetro estabelecida pelo PODER CONCEDENTE como a hora aceitável em que o segmento deveria atingir o nível de serviço D. Deve-se no entanto considerar períodos em que, tendo em vista a necessidade de obras, o nível de serviço inevitavelmente será inferior à qualidade contratada; nesse caso, deve-se analisar e aprovar (ou não) o projeto da CONCESSIONÁRIA para solucionar o problema. Durante o período de execução programada das obras (cronograma de obras), os indicadores operacionais de desempenho não serão aferidos. O não atendimento ao nível de serviço implicará na elaboração de projetos pela CONCESSIONÁRIA e de emissão de licença ambiental tendo em vista a necessidade de intervenções de obras de melhoria e ou aumento de capacidade, que deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

ÍNDICE CRÍTICO			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Segurança	FORMA DE MEDIÇÃO: Cálculo do Índice de Acidente por segmento homogêneo	ENTRA EM VIGOR: A partir do 3º ano a partir do início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Segurança do Usuário	OBJETIVO: Segurança do Usuário	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade Padrão de Severidade (UPS)	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Esse índice apura a quantidade de acidentes ocorridos a cada segmento homogêneo, levando-se em consideração os volumes médios de tráfego, a extensão total do trecho analisado e a gravidade dos acidentes. Para cada análise, serão determinados os 2 pontos mais críticos (loais mais críticos do segmento homogêneo), para os quais deverão ser elaboradas e executadas medidas mitigadoras. Essas medidas visam reduzir o número de acidentes relacionados a problemas operacionais, por deformação do pavimento, erros de engenharia, falhas de sinalização ou de iluminação, e deverão ser devidamente aprovadas junto ao Poder Concedente. Os índices de severidade são expressos através da Unidade Padrão de Severidade (UPS). A UPS é a soma ponderada dos acidentes, definida da seguinte forma: UPS = (acidentes somente com danos materiais x 1) + (acidentes com feridos x 4) + (acidentes com feridos envolvendo pedestres x 6)+ (acidentes com mortes x 13). Para cada segmento homogêneo, a taxa de acidentes em UPS pode ser calculada da seguinte forma: TA = (UPS x 10^6) / (VMD x P x E). Os acidentes deverão ser mapeados ao longo do sistema para a determinação dos pontos mais críticos.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Anual		FONTE DE COLETA DE DADOS: Registro Geral de Ocorrência de Acidentes (Polícia) / VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA / Polícia		NOTA APURADA: Atende (1,0) ou não atende (0,0) - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: O atendimento ou não do índice será dado mediante aprovação e implantação do conjunto de ações mitigadores, junto ao Poder Concedente, para todos os 2 pontos críticos selecionados	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: A avaliação desse indicador é feita comparando-se o resultado da Taxa de Acidentes (TA) calculado para cada segmento homogêneo. Dessa forma serão ranqueados os pontos críticos de acidentes e selecionados aqueles que serão foco de ajustes (melhorias) durante o determinado ano. A coleta dos dados necessários para a definição dos pontos críticos deverá ocorrer durante o 1º trimestre de cada ano. Durante o 2º trimestre deverá ser realizado o estudo para a definição dos pontos. Por fim, as medidas mitigadoras deverão ser implantadas durante o 3º e o 4º trimestre, de forma a possibilitar a verificação do atendimento do indicador no próximo ano. Para garantir a realização de melhorias efetivas, o mesmo ponto crítico não pode ser ranqueado como um dos 2 piores (com mais acidentes) durante duas análises			

consecutivas, ou seja, dois anos seguidos.

Legenda: UPS = Unidade Padrão de Severidade; VMD = volume médio diário de veículos; P = período de estudo em dias, normalmente 365 dias; E = extensão do trecho em km; e TA = Taxa de acidentes em UPS por milhões de veículos.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Segurança	FORMA DE MEDIÇÃO: Índice de Retrorefletância	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Segurança do Usuário	UNIDADE DE MEDIDA: mcd/(lux.m²)	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: A sinalização horizontal refere-se à sinalização viária estabelecida através de marcações ou de dispositivos auxiliares implantados no pavimento e tem como finalidades básicas: canalizar os fluxos de tráfego; suplementar a sinalização vertical, principalmente de regulamentação e de advertência; e, em alguns casos, servir como meio de regulamentação (proibição). A qualidade da sinalização horizontal será avaliada a partir do seu índice de retrorefletância.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Semestral		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Regular / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Os parâmetros desse índice, medidos em mcd/(lux .m²), são: <div><div><u>Cor amarela</u></div><div>Bom: IR* ≥ 150 Regular: 120 ≤ IR < 150 Ruim: IR < 120</div></div> <div><div><u>Cor branca</u></div><div>Bom: IR ≥ 180 Regular 150 ≤ IR < 180 Ruim: IR < 150</div></div>	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: (*) IR: Índice de Retrorefletância A sinalização horizontal deverá ser avaliada semestralmente para cada SEGMENTO HOMOGÊNEO sendo que, o plano de amostragem e os respectivos critérios de cálculo são aqueles preconizados na RT-01.10.a do DER/MG. Para cada SEGMENTO HOMOGÊNEO serão obtidas duas notas, sendo uma para cada cor (amarela e branca). O valor a ser considerado para a nota do QID será a menor nota obtida em qualquer uma das cores do segmento. A sinalização horizontal deverá ser refeita sempre que a retrorefletância residual for inferior a 120 mcd/(lux.m²), para as cores branca ou amarela.			

SINALIZAÇÃO VERTICAL			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Segurança	FORMA DE MEDIÇÃO: Contagem de Placas	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Segurança do Usuário	UNIDADE DE MEDIDA: Placas	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: A sinalização vertical refere-se à sinalização viária estabelecida através da comunicação visual por meio de placas, painéis ou dispositivos auxiliares, situados na posição vertical, implantados à margem da via ou suspensos sobre ela. Tem como finalidade a regulamentação do uso da via, a advertência para situações potencialmente perigosas ou problemáticas do ponto de vista operacional e o fornecimento de indicações, orientações e informações aos usuários. A qualidade da sinalização vertical para efeito de aprovação (se a placa é válida ou não) será verificada a partir do seu índice de retrorrefletância, conforme a RT.01.35.A do DER/MG e de seu estado de conservação. A avaliação da sinalização vertical também inclui o suporte das placas, inclusive de pórticos localizados acima das faixas de rolamento. As avarias referentes a não validação de placas inclui: avarias em geral (amassados, empenamentos, buracos, pichações, cortes e etc.); baixa visibilidade (não adequação aos parâmetros de retrorrefletância, obstrução da visualização da placa pelo usuário).			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Semestral		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Regular / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: $QP^* \geq 95\%QE^{**}$ Regular: $90\%QE \leq QP < 95\%QE$ Ruim: $QP < 90\%QE$	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: * QP: Quantidade de Placas consideradas válidas ** QE: Quantidade de Placas previamente aprovada pela Fiscalização do PODER CONCEDENTE A Concessionária deverá, no início da concessão, submeter ao PODER CONCEDENTE o plano de localização das sinalizações verticais em toda a rodovia. Aprovado e implementado o plano, a verificação do indicador será realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE semestralmente. Este deverá relatar para cada segmento homogêneo: - Quantidade de sinalizações válidas, ou seja, placas existentes no local planejado e aprovado pelo PODER CONCEDENTE com índice de retrorefletância adequado – atualmente $IR \geq 150 \text{ mcd}/(\text{lux.m}^2)$ - Quilômetro em que houver ausência de sinalização planejada;			

- Quilômetro em que a sinalização não se encontra em condições adequadas, apresentando-se a respectiva foto;
- Quilômetro em que existe uma sinalização mas não é a aprovada pelo DER/MG com respectiva foto.
- Existência de mato/capim, interferindo na visualização da placa. A placa, em cujo entorno o mato/capim estiver acima de 30 cm de altura, não será considerada uma sinalização válida para fins de contagem de placas.

IRREGULARIDADE LONGITUDINAL – IRI			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Condição de Superfície	FORMA DE MEDIÇÃO: Através de equipamento específico	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Conforto	UNIDADE DE MEDIDA: m / km	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: O IRI (<i>International Roughness Index</i>) é uma escala de referência, utilizada para medir a irregularidade longitudinal do pavimento com vistas à avaliação do conforto por ele ofertado ao usuário de tráfego. Ele é definido matematicamente a partir do levantamento nas trilhas de roda das faixas de tráfego, através de um equipamento especial a "laser", montado em um veículo, visando simular os movimentos verticais induzidos no seu deslocamento ao longo da via. O índice é expresso pela relação entre os movimentos acumulados da suspensão e a distância percorrida pelo veículo, o que permite considerar a regularidade superficial do revestimento, cuja unidade é indicada em m/km.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Anual		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Regular / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: $IRI \leq 2,5$ Regular: $2,5 < IRI \leq 3,5$ Ruim: $IRI > 3,5$	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: O valor a ser considerado para a nota desse indicador será obtido através de uma média ponderada dos valores obtidos por SEGMENTO HOMOGÊNEO, em termos da sua extensão pavimentada.			

IRREGULARIDADE TRANSVERSAL – FLECHAS			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Condição de Superfície	FORMA DE MEDIÇÃO: Através de equipamento específico	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Conforto	UNIDADE DE MEDIDA: Milímetros	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Afundamento em trilha de roda refere-se à deformação permanente caracterizada por depressão da superfície do pavimento, acompanhada ou não, de solevamento, podendo apresentar-se sob a forma de afundamento plástico ou afundamento por consolidação. O afundamento plástico é uma depressão formada nas trilhas de roda caracterizada por um afundamento na região solicitada e um solevamento lateral. O afundamento por consolidação é uma depressão do revestimento que se forma na região onde se dá a passagem das cargas, isto é, nas trilhas de roda. Em sua fase inicial, essa falha só é perceptível após a ocorrência de chuva, pois os sulcos ficam preenchidos por água.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Trimestral		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Regular / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Flecha ≤ 7,0 Regular: 7,0 < Flecha ≤ 12,0 Ruim: Flecha > 12,0	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: O levantamento da irregularidade transversal dos pavimentos deverá ser processado através da medição integral da conformação geométrica externada pela semi-seção transversal do pavimento, condição esta que deverá permitir a identificação das naturezas das deformações permanentes, se plásticas ou por consolidação e/ou perda de materiais. O equipamento da medição deverá ser capaz de reproduzir o perfil transversal característico externado pela semi-seção transversal pela pista e permitir a definição da natureza (deformação plástica ou por consolidação/perda de material) e a magnitude das flechas – medidas absoluta e relativa – nas duas trilhas de rodas (Fmáx.). Até certos limites estes afundamentos são toleráveis, porém, quando o acúmulo das deformações permanentes formam flechas expressivas nas trilhas de roda, a estrutura			

estará em estado terminal e pondo em risco a segurança dos usuários.

Deverão ser determinados valores de irregularidade transversal geral para cada segmento homogêneo.

O valor a ser considerado para a nota desse indicador será obtido através de uma média ponderada dos valores obtidos por segmento homogêneo, em termos da sua extensão pavimentada.

PATOLOGIAS DO PAVIMENTO			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Condição de Superfície	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Qualidade do Pavimento	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: No que respeita às características de degradação superficial deverão ser identificadas e anotadas as ocorrências de natureza superficial, entre elas fissuras, desgaste, exsudação, dentre outras; no que tange às características de deformação permanente de caráter localizado deverão ser identificadas e anotadas as ocorrências de afundamentos plásticos localizados, ondulações, corrugações, solevamentos, etc. Este indicador deverá aferir o atendimento das notificações geradas a partir do não atendimento dos parâmetros previstos, tais como: <ul style="list-style-type: none">▪ Ausência de deformações plásticas, fissuras, ondulações, corrugações e solevamentos;▪ Ausência de áreas exsudadas;▪ Correção de depressão em encontro de obras-de-arte;▪ Ausência de desnível entre duas faixas de tráfego contíguas;▪ Ausência de trincas interligadas de classe 2 e 3.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Atendimento das notificações em até 15 (quinze) dias. Ruim: Não atendimento de pelo menos uma notificação em até 15 (quinze) dias.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: A inspeção deverá verificar, rotineiramente, para cada SEGMENTO HOMOGÊNEO da rodovia, a existência de patologias do pavimento. Esta inspeção envolve: <ul style="list-style-type: none">▪ Contagem das ocorrências com características de degradação superficial e de deformação permanente de caráter localizado; e▪ Registro das ocorrências através de relatório contendo o segmento homogêneo inspecionado, km do local da ocorrência e respectiva foto. Cada parâmetro deste indicador está relacionado com os requisitos da metodologia de execução. O não atendimento implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser			

atendidas em até 15 (quinze) dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior que 15 (quinze) dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a 0 (zero).

BURACOS E PANEAS			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Condição de Superfície	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Qualidade do Pavimento (Conforto de rolamento)	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Os buracos e panelas são defeitos ocorrentes no pavimento da pista de rolamento e acostamento com dimensões e profundidades variadas, podendo apresentar ou não desagregação de suas camadas.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atende ou Não Atende - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Atende: Atendimento das notificações em até 5 (cinco) dias. Não Atende: Não atendimento de pelo menos uma notificação em até 5 (cinco) dias.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: Os buracos e panelas deverão ser corrigidos obedecendo ao que dispõe a Instrução de Serviço 002/04 do DER/MG ou do Manual de Conservação de Rodovia do DER/MG. A inspeção deverá verificar, rotineiramente, para cada SEGMENTO HOMOGÊNEO da rodovia, a existência de buracos e panelas. Esta inspeção envolve: <ul style="list-style-type: none">▪ Contagem de buracos e panelas; e▪ Registro das ocorrências através de relatório contendo o segmento homogêneo inspecionado, km do local da ocorrência e respectiva foto. Cada parâmetro deste indicador está relacionado com os requisitos da metodologia de execução. O não atendimento implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas em até 5 (cinco) dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior que 5 (cinco) dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a 0 (zero).			

PARÂMETROS GERAIS			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Condição de Superfície	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Qualidade do Serviço	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Este indicador deverá aferir o atendimento das notificações geradas a partir do não atendimento dos parâmetros previstos, tais como: <ul style="list-style-type: none">▪ Limpeza das pistas e acostamentos;▪ Tratamento de canteiro central e faixa de domínio (roçada/capina/poda da vegetação, remoção de entulhos, recomposição das cercas delimitadoras da faixa de domínio);▪ Conservação em bom estado dos dispositivos de proteção e segurança (defensas metálicas e barreiras de concreto);▪ Conservação da iluminação e outras instalações elétricas;▪ Degraus em acostamentos no máximo de 5 centímetros após a restauração;▪ Conservação e qualidade das tachas e tachões;▪ Formação de Aceiros.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Atendimento das notificações em até 10 (dez) dias. Ruim: Não atendimento de pelo menos uma notificação em até 5 (cinco) dias.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: Cada parâmetro deste indicador está relacionado com os requisitos da metodologia de execução. O não atendimento implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas em até 10 (dez) dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior que 10 (dez) dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a 0 (zero).			

DRENAGEM SUPERFICIAL			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Manutenção Patrimonial	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Manutenção Patrimonial	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: O sistema de drenagem superficial é fundamentalmente composto por sarjetas, canaletas, caixas de passagem, bocas de lobo e drenos sub-horizontais (céu aberto). Esse indicador deverá aferir o atendimento às condições de qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo. O principal objetivo dos dispositivos é a proteção do pavimento da rodovia, assegurando sua qualidade. O indicador verificará o atendimento, em tempo adequado, às notificações quanto à existência de obstruções no sistema de drenagem superficial. Deverá ser mantida a inspeção de todos os dispositivos de drenagem, mantendo-os em perfeita condição, inclusive com caiação.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: VERIFICADOR INDEPENDENTE		NOTA APURADA: Bom / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: VERIFICADOR INDEPENDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Atendimento das notificações em até 5 (cinco) dias. Ruim: Não atendimento da notificação no prazo previsto	
OBSERVAÇÕES: A existência de obstruções e a má condição dos dispositivos do sistema de drenagem superficial implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas em até 5 (cinco) dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior do que 5 dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a zero.			

DRENAGEM SUBTERRÂNEA			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Manutenção Patrimonial	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Manutenção Patrimonial	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: O sistema de drenagem subterrânea é fundamentalmente composto por bueiros de greide, drenos profundos e bueiros de grotas. Esse indicador deverá aferir o atendimento às condições de qualidade na drenagem, no escoamento das águas do pavimento e na faixa de domínio do segmento homogêneo. O principal objetivo dos dispositivos é a proteção do pavimento da rodovia, assegurando sua qualidade. O indicador verificará o atendimento, em tempo adequado, às notificações quanto à existência de obstruções no sistema de drenagem subterrânea.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Bom / Ruim - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Atendimento das notificações em até 10 (dez) dias. Ruim: Não atendimento de pelo menos uma notificação em até 10 dias.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: O não funcionamento adequado do sistema de drenagem subterrânea implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas em até 10 dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior do que 10 dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a zero, neste indicador.			

OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Manutenção Patrimonial	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta a Notificações	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Manutenção Patrimonial	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: As Obras-de-arte Especiais são construções realizadas por artífices ou de tipo “especial”, únicas, por oposição às construções “normais”, como por exemplo, um edifício ou uma casa. Para permitir que uma estrada, uma linha de caminho de ferro ou um canal transponham um obstáculo, constroem-se obras-de-arte especiais como pontes, viadutos ou túneis. Para alterar o curso dos elementos ou reforçar os seus efeitos constroem-se outras obras-de-arte especiais: barragens, diques, eclusas, muros de sustentação. Todas as obras-de-arte especiais existentes deverão ser inspecionadas, com o objetivo de se reafirmar o estado dos dispositivos de proteção, quer sejam guarda-corpos, barreiras, passeios, entre outros. Deverão ainda ser realizados serviços de limpeza e desobstrução em todos os elementos componentes dos sistemas drenantes das obras-de-arte existentes. Na ocorrência de vegetação em juntas de dilatação/aparelhos de apoio ou danificadas deverão ser substituídas e/ou reparadas as juntas de dilatação, bem como deverá ser feita a limpeza dos aparelhos de apoio.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Anual		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atendimento aos parâmetros das avaliações (Bom / Ruim) – Proporcional a quantidade de OAEs	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Bom: Atendimento aos parâmetros das avaliações em até 10 (dez) dias. Ruim: Não atendimento aos parâmetros das avaliações no prazo previsto.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: A existência de má condição das obras-de-arte especiais implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas em até 10 (dez) dias. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior que 10 (dez) dias implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a 0 (zero).			

TERRAPLENOS E CONTENÇÕES			
PERSPECTIVA: Operacional	SUBGRUPO DE INDICADORES: Manutenção Patrimonial	FORMA DE MEDIÇÃO: Resposta às notificações e atendimento de exigências após incidentes	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Conservação e Manutenção	OBJETIVO: Qualidade do Serviço	UNIDADE DE MEDIDA: Unidade	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Este indicador deverá aferir o atendimento (dentro do prazo estipulado) das notificações referentes às obras de terraplenagem, tais como: <ul style="list-style-type: none">▪ Taludes de corte e/ou de aterro;▪ Contenções. Este indicador também afere o atendimento das exigências (dentro do prazo estipulado) após a ocorrência de incidentes que envolvam quaisquer danos em obras desta natureza.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Semestral		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atende (1,0) ou não atende (0,0) - Por SEGMENTO HOMOGÊNEO	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Resposta a todas as notificações de má conservação e atendimento de todas as exigências (dentro do prazo) estipulado após a ocorrência de qualquer incidente.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			

OBSERVAÇÕES:

Deverão ser respeitados os seguintes prazos para atendimento às ocorrências:

- Erosão de taludes em cortes e aterros: Correção de erosão em corte e aterro – 24 horas;
- Erosão nas bases ou fundação das obras: Correção de erosão em base e fundações de obras-de-arte especiais, incluindo a eliminação da causa – 24 horas;
- Queda de barreiras (deslizamentos): Imediata remoção do material e limpeza da plataforma – 24 horas;
- Trincas ou abatimentos no corpo do terrapleno: Correção das camadas comprometidas – 24 horas.

Cada parâmetro deste indicador está relacionado com os requisitos da metodologia de execução. O não atendimento implicará em NOTIFICAÇÕES que devem ser atendidas dentro do prazo estipulado. O atendimento de pelo menos uma NOTIFICAÇÃO em um prazo maior que o prazo estipulado implicará em um conceito “Ruim”, isto é, nota igual a 0 (zero).

FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES			
PERSPECTIVA: Gestão	SUBGRUPO DE INDICADORES: -	FORMA DE MEDIÇÃO: Entrega dos documentos	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Gestão	OBJETIVO: Transparência do Serviço	UNIDADE DE MEDIDA: -	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
<p>DESCRIÇÃO:</p> <p>Este indicador deverá aferir o atendimento do fornecimento, pela CONCESSIONÁRIA, das seguintes informações, nos termos e prazos estabelecidos no CONTRATO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cópia dos contratos de financiamento celebrados e dos termos aditivos. ▪ Comunicação da contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, ou a modificação dos contratos previstos na proposta. ▪ Relatório com o monitoramento do estado de conservação do sistema rodoviário e do atendimento ao cronograma de restauração. ▪ Relatório de multas e de condicionantes ambientais. ▪ Relatório de desempenho de suas atividades, especificando a programação e execução financeira. ▪ Relatório auditado de sua situação contábil incluindo o balanço e a demonstração de resultado correspondente ao semestre encerrado. ▪ Demonstrações financeiras do período encerrado incluindo o relatório da administração, o balanço anual, a demonstração de resultados, os quadros de origem e aplicação de fundos e as notas explicativas, com destaque para as transações com partes relacionadas, o parecer dos auditores externos e do conselho fiscal, caso tenha atuado. ▪ Informações atualizadas das projeções financeiras da concessão administrativa, considerando os resultados reais obtidos desde o início da concessão administrativa até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração dos quadros financeiros do plano de negócios das rodovias. ▪ Relatórios detalhados consolidando todos os serviços executados ao término dos trabalhos relativos a cada ciclo de manutenção. ▪ Comunicado, através de relatório, do pleno funcionamento dos equipamentos de contagem de tráfego da CONCESSIONÁRIA, até o final do 6º (sexto) mês de CONCESSÃO PATROCINADA; ▪ Comunicado, através de relatório, do pleno funcionamento de um sistema de controle de peso dos veículos comerciais usuários das rodovias, bem como dos equipamentos de pesagem, até o final do 12º (décimo segundo) mês de CONCESSÃO PATROCINADA; ▪ Apresentação de um Programa de Gestão da Qualidade e de Controle Tecnológico da execução das atividades de manutenção, conservação e restauração das rodovias dentro de 90 (noventa) dias contados da data da ORDEM DE INÍCIO; ▪ Relatório mensal de contagem volumétrica classificada por posto de pesquisa, nos dois sentidos de tráfego, com totalizações classificatórias do tráfego a cada hora; ▪ Relatório mensal de movimentação de veículos de cargas por praça de pesagem e de seus respectivos pesos; ▪ Atendimento de informações adicionais ou complementares que a SETOP, por meio de ofício, venha a solicitar no prazo pré-estabelecido. 			

PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal	FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA	NOTA APURADA: Atende (1,0) ou não atende (0,0)
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE	CONCEITO NO QID: Atende: Informações são fornecidas pela CONCESSIONÁRIA. Não atende: Informações não são fornecidas pela CONCESSIONÁRIA.
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
OBSERVAÇÕES: Esse indicador é atendido quando a informação é fornecida pela CONCESSIONÁRIA. Caso essa informação não seja fornecida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero.	

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL			
PERSPECTIVA: Ambiental	SUBGRUPO DE INDICADORES: -	FORMA DE MEDIÇÃO: Obtenção de Certificado Ambiental	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Ambiental	OBJETIVO: Transparência do Serviço	UNIDADE DE MEDIDA: -	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: Este indicador deverá aferir a obtenção de Certificação Ambiental pela CONCESSIONÁRIA, cujo objetivo é o de verificar o devido atendimento e respeito aos dispositivos legais referentes às questões ambientais, nos processos de geração dos produtos da empresa, bem como que apresentem determinados procedimentos exigidos pelo órgão certificador.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Mensal		FONTE DE COLETA DE DADOS: VERIFICADOR INDEPENDENTE	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atende (1,0) ou não atende (0,0)	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Atende: Obtenção de Certificado Ambiental pela CONCESSIONÁRIA. Não atende: Não obtenção de Certificado Ambiental pela CONCESSIONÁRIA.	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: Esse indicador é atendido quando é obtido pela CONCESSIONÁRIA algum Certificado Ambiental. Caso essa obtenção não seja obtida, a CONCESSIONÁRIA terá nota zero.			

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE			
PERSPECTIVA: Social	SUBGRUPO DE INDICADORES: -	FORMA DE MEDIÇÃO: Verificação	ENTRA EM VIGOR: Início da operação da concessão
ÁREA DE VINCULAÇÃO: Social	OBJETIVO: Conformidade Social	UNIDADE DE MEDIDA: -	REVISÃO DOS PARÂMETROS: A critério do PODER CONCEDENTE conforme necessidade de alteração
DESCRIÇÃO: O objetivo desse indicador é desenvolver junto aos usuários e comunidade lindeira à RODOVIA, programas de educação e prevenção de acidentes, buscando sedimentar o processo de conscientização e a formação de hábitos seguros no trânsito, levando em conta a realidade e características do público a ser atingido, de acordo com o Capítulo VI, artigo 75 e 78 do Código de Trânsito Brasileiro. Nestes programas, poderão ser realizados comandos educativos nos moldes de blitz, palestras e cursos para a comunidade, dentre outras ações.			
PERIODICIDADE DE CÁLCULO OU AFERIÇÃO: Anual		FONTE DE COLETA DE DADOS: CONCESSIONÁRIA	
ÁREA OU RESPONSÁVEL PELO ÍNDICE: CONCESSIONÁRIA		NOTA APURADA: Atende (1,0) ou não atende (0,0)	
ÓRGÃO FISCALIZADOR: PODER CONCEDENTE		CONCEITO NO QID: Caso esse indicador não seja atendido, a CONCESSIONÁRIA terá nota 0 (zero).	
AUDITORIA: VERIFICADOR INDEPENDENTE			
OBSERVAÇÕES: A CONCESSIONÁRIA “Atende” o indicador “Participação da Sociedade” se apresentar um programa, com no mínimo 12 (doze) intervenções anuais, e for aprovado no início de cada ano com o PODER CONCEDENTE.			